

superior, para desempenhar funções na Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, aberto pelo Aviso n.º 15015/2010, publicado no *Diário da República* n.º 147, 2.ª série, de 30 de Junho de 2010, que se encontra afixada a lista dos resultados obtidos naquele método de selecção, no “local de estilo” do MNE, no Palácio das Necessidades, no Largo do Rilvas, em Lisboa, encontrando-se igualmente disponível na respectiva página electrónica [www.mne.gov.pt](http://www.mne.gov.pt).

2 — Nos termos e para os efeitos, do n.º 2 do artigo 33.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, convocam-se os candidatos aprovados na Avaliação Curricular para a realização do método de selecção Entrevista Profissional de Selecção, que terá lugar no dia 06 de Dezembro de 2010 pelas 10h.30 m, nas instalações do MNE, Palácio das Necessidades, Largo do Rilvas, em Lisboa.

3 — A fim de dar cumprimento ao n.º 6 do artigo 31.º, conjugado com a alínea d) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, informam-se os candidatos notificados através do Aviso n.º 20334/2010, publicado no *Diário da República* n.º 200, 2.ª série, de 14 de Outubro de 2010, e que não se pronunciaram no âmbito da audiência dos interessados, da respectiva exclusão ao procedimento concursal, podendo deste acto ser interposto recurso hierárquico ou tutelar, nos termos do n.º 1 do artigo 39.º da Portaria n.º 83-A/2009.

4 — O processo está disponível para consulta dos interessados nas instalações da Direcção de Serviços de Recursos Humanos do Departamento Geral de Administração, da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, no Palácio das Necessidades, Largo do Rilvas, em Lisboa, das 9,30h às 12,30h e das 14,30h às 17h.

12 de Novembro de 2010. — O Director do Departamento Geral de Administração, *Francisco Guerra Tavares*.

203959057

## MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO E DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO.

### Despacho n.º 17685/2010

Considerando a necessidade de agilizar as operações tendentes à efectiva prossecução dos objectivos definidos na Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2010, de 10 de Setembro;

Tendo em conta que a realização de tais objectivos implica a intervenção de organismos e serviços integrados em três ministérios diferentes, cuja unidade na acção importa garantir;

Considerando, por outro lado, a necessidade de potenciar a participação dos agentes económicos privados e de garantir uma efectiva concorrência com vista à atribuição de concessões nos troços de rio onde está prevista a possibilidade de implementação de aproveitamentos hidroeléctricos de iniciativa pública;

Visando, ainda, a necessidade de criar condições organizativas aptas a assegurar uma eficiente e efectiva uniformidade das acções de preparação, lançamento e desenvolvimento dos procedimentos de atribuição das referidas concessões;

Nesta conformidade, em execução do n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2010, de 10 de Setembro, os Ministros de Estado e das Finanças, da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento e do Ambiente e do Ordenamento do Território determinam o seguinte:

1 — A atribuição da concessão do domínio público hídrico para a produção de energia hidroeléctrica, com concepção, construção, exploração e conservação das respectivas infra-estruturas hidráulicas e com reserva de capacidade de injeção de potência na rede eléctrica de serviço público (RESP) e de identificação de pontos de recepção associados para energia eléctrica, deve ser feita mediante concurso público com publicidade internacional, cuja tramitação correrá sob a direcção da respectiva administração de região hidrográfica, I. P., envolvida.

2 — Compete ao Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, através da Direcção-Geral de Energia e Geologia, identificar os critérios definidores do preço base de cada um dos lotes a submeter a concurso.

3 — Na nossa directa dependência é criada a Comissão de Coordenação e Acompanhamento (CCA) dos procedimentos concursais e do subsequente processo de implementação das concessões, com a seguinte composição:

a) Um representante nomeado pelo ministro responsável pela área do ambiente, com funções de coordenação;

b) Um representante nomeado pelo ministro responsável pela área das finanças;

c) Um representante nomeado pelo ministro responsável pela área da energia;

d) Um representante de cada uma das administrações das regiões hidrográficas, I. P. (ARH), envolvidas, nomeado pelo respectivo presidente;

e) Um representante da Direcção-Geral de Energia e Geologia, nomeado pelo respectivo director-geral.

4 — A CCA deve realizar os seguintes objectivos:

a) Em estreita articulação com as respectivas ARH, promover o lançamento simultâneo dos procedimentos concursais referidos no n.º 1 e coordenar o seu desenvolvimento com vista a imprimir maior celeridade, eficácia e uniformidade às acções a realizar;

b) Apresentar aos nossos Gabinetes relatório reportado à data da celebração dos contratos de implementação.

5 — A CCA deve reportar-nos os eventuais problemas que careçam de decisão ministerial, acompanhados de propostas de decisão devidamente fundamentadas.

6 — Os procedimentos referidos no n.º 1 devem obedecer ao seguinte cronograma:

a) Um período de apresentação de propostas com a duração de 40 dias a contar da data de envio para publicação de anúncio no *Jornal Oficial da União Europeia*, a realizar conforme dispõe o artigo 136.º, n.º 3, do Código dos Contratos Públicos;

b) Um período de cinco dias de audiência prévia, após notificação do relatório preliminar do concurso e de convocatória para a mesma audiência prévia;

c) Um prazo de entrega dos documentos de habilitação de 10 dias a contar da notificação da adjudicação;

d) Um prazo de celebração do contrato de implementação de 12 dias a contar da data da notificação da adjudicação.

7 — Devem ser organizados:

a) Um processo geral, da responsabilidade da CCA, onde serão guardados todos os documentos relativos à preparação e lançamento de todos os concursos;

b) Um processo por cada concurso aberto, da responsabilidade da respectiva ARH, onde constarão os documentos inerentes ao respectivo procedimento.

8 — O apoio logístico à CCA é assegurado pela Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

9 — O exercício de funções no âmbito da CCA não confere aos respectivos membros, nomeados nos termos do n.º 3, qualquer abono ou retribuição.

10 — A articulação entre os Ministérios envolvidos é assegurada pelo Gabinete da Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território.

15 de Outubro de 2010. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — Pelo Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, *José Carlos das Dores Zorrinho*, Secretário de Estado da Energia e da Inovação. — A Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território, *Dulce dos Prazeres Fidalgo Alvaro Passaro*.

203953735

## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

### Secretaria-Geral

#### Anúncio n.º 11348/2010

I — Nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 66.º, alínea a), 68.º e 70.º do Código do Procedimento Administrativo, notificam-se os abaixo identificados de que, ao abrigo da competência subdelegada pelos Despachos n.º 31185/2008 e n.º 2003/2010, publicados no DR 2.ª série n.º 235, de 4 de Dezembro, e n.º 20, de 29 de Janeiro, respectivamente, o Secretário-Geral do Ministério da Defesa Nacional proferiu as decisões finais relativamente aos respectivos pedidos de qualificação como deficiente das Forças Armadas, nos termos e com os fundamentos que seguidamente se indicam:

1 — Ex-soldado NIM 11495271 José Lino Moreira Coelho — Processo n.º 120.102/912 — 513/98/DeJur — o procedimento foi declarado extinto, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo, por se constatar que a finalidade a que ele se destinava ou o seu objecto se tornaram impossíveis ou inúteis.

2 — Ex-soldado NIM 82282073 Faustino Gomes — Processo n.º 120.102/579 — 252/2008/DeJur — indeferido em 26 de Janeiro de 2009, porquanto foi declarado “pronto para todo o serviço militar, sem direito a qualquer desvalorização”, não preenchendo, assim, cumulativamente os requisitos exigidos, para o efeito, pelo n.º 2 do artigo 1.º e pela alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º, ambos do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro.

3 — Ex-soldado NIM 06300071 António Augusto da Silva Silvestre — Processo n.º 120.102/599 — 280/2008/DeJur — indeferido em 24 de Abril de 2009, porquanto apesar de ter sido considerado “incapaz de todo o serviço militar” e apesar de lhe ter sido atribuído um grau de desvalorização de 5 %, a patologia de que padece não se verificou devido a qualquer contacto directo ou indirecto com o IN não preenchendo, assim, cumulativamente os requisitos exigidos, para o efeito, pelo n.º 2 do artigo 1.º e pela alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º, ambos do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro.

4 — Ex-soldado NIM 16944069 Francisco Capuchinho Ramos — Processo n.º 120.102/692 — 659/2008/DeJur — indeferido em 25 de Junho de 2009, porquanto foi declarado “apto para o trabalho” e apesar de lhe ter sido atribuído um grau de desvalorização de 15 %, o mesmo é inferior ao limite mínimo estabelecido pela alínea b) do n.º 1, do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro.

5 — Ex-soldado NIM 00871366 Fernando da Cruz Gago — Processo n.º 120.102/592 — 272/2008/DeJur — indeferido em 16 de Janeiro de 2009, porquanto foi declarado “pronto para todo o serviço militar, sem direito a qualquer desvalorização”, não preenchendo, assim, cumulativamente os requisitos exigidos, para o efeito, pelo n.º 2 do artigo 1.º e pela alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º, ambos do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro.

6 — Ex-soldado NIM 06135668 José Seara Alves — Processo n.º 120.102/524 — 138/2008/DeJur — indeferido em 26 de Janeiro de 2009, porquanto apesar de ter sido considerado “incapaz de todo o serviço militar” e apesar de lhe ter sido atribuído um grau de desvalorização de 8 %, a patologia de que padece não se verificou devido a qualquer contacto directo ou indirecto com o IN não preenchendo, assim, cumulativamente os requisitos exigidos, para o efeito, pelo n.º 2 do artigo 1.º e pela alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º, ambos do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro.

7 — Ex-soldado NIM 16015171 Aníbal Fernandes do Amaral — Processo n.º 120.102/591 — 271/2008/DeJur — indeferido em 16 de Janeiro de 2009, porquanto foi declarado “pronto para todo o serviço militar, sem direito a qualquer desvalorização”, não preenchendo, assim, cumulativamente os requisitos exigidos, para o efeito, pelo n.º 2 do artigo 1.º e pela alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º, ambos do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro.

8 — Ex-soldado NIM 18742668 Norberto dos Santos Costa — Processo n.º 120.102/733 — 85/2009/DSAJ — indeferido em 10 de Março de 2010, porquanto foi declarado “apto para o trabalho” e apesar de lhe ter sido atribuído um grau de desvalorização de 5 %, o mesmo é inferior ao limite mínimo estabelecido pela alínea b) do n.º 1, do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro.

9 — Ex-soldado NIM 82061868 Artur Correia Seabra — Processo n.º 120.102/781 — 203/2009/DSAJ — indeferido em 6 de Abril de 2010, porquanto apesar de ter sido considerado “incapaz de todo o serviço militar” e apesar de lhe ter sido atribuído um grau de desvalorização de 25 %, a patologia de que padece não se verificou devido a qualquer contacto directo ou indirecto com o IN não preenchendo, assim, o requisito exigido, para o efeito, pelo n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro.

10 — Ex-soldado NIM 04750066 Joaquim Feliciano Guerreiro — Processo n.º 120.102/782 — 204/2009/DSAJ — indeferido em 25 de Maio de 2010, porquanto foi declarado “apto para o trabalho” e apesar de lhe ter sido atribuído um grau de desvalorização de 5 %, o mesmo é inferior ao limite mínimo estabelecido pela alínea b) do n.º 1, do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro.

11 — Ex-soldado NIM 05367065 José Avelino Sousa Braga — Processo n.º 120.102/831 — 307/2009/DSAJ — indeferido em 23 de Abril de 2010, porquanto apesar de ter sido considerado “incapaz de todo o serviço militar” e apesar de lhe ter sido atribuído um grau de desvalorização de 8 %, a patologia de que padece não se verificou devido a qualquer contacto directo ou indirecto com o IN não preenchendo, assim, o requisito exigido, para o efeito, pelo n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro.

12 — Ex-1.º Cabo NIM 82058767 Suleimane Baldé — Processo n.º 120.102/909 — 449/2009/DSAJ — indeferido em 20 de Junho de 2010, porquanto foi declarado “apto para o trabalho” e apesar de lhe ter sido atribuído um grau de desvalorização de 9,75 %, o mesmo é inferior ao limite mínimo estabelecido pela alínea b) do n.º 1, do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro.

II — Mais se comunica que os processos dos requerentes supra identificados foram devolvidos aos Ramos competentes.

Lisboa, 15 de Novembro de 2010. — *Dr. José de Barros*, Secretário-Geral.

203960547

### Despacho n.º 17686/2010

De acordo com o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção actual, foi aberto procedimento concursal e procedeu-se à publicação do processo de selecção do titular do cargo de direcção intermédia de 1.º grau, Director de Serviços do Centro de Dados da Defesa, da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, no *Diário da República* n.º 157, 2.ª série de 13 de Agosto de 2010, no Jornal Diário de Notícias do dia 16 e na Bolsa de Emprego Público sob o Código de Oferta n.º OE201008/0572. Cumpridas as formalidades legais e concluídas as operações de selecção, o Júri propôs, como resultado do respectivo processo de selecção e nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção actual, para desempenhar o cargo a concurso, o CMG EMT Fernando Jorge Pires. Tendo em conta os fundamentos apresentados pelo Júri na acta final que integra o procedimento concursal e que resultam, designadamente, dos métodos de selecção aplicados, considero que o referido candidato possui competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e corresponde ao perfil exigido no aviso de abertura do concurso, tal como se evidencia na nota curricular anexa, que faz parte integrante do presente despacho. Assim:

1 — Considerando a proposta do Júri, nomeio, em comissão de serviço, por três anos, para o cargo de Director de Serviços do Centro de Dados da Defesa, o CMG EMT Fernando Jorge Pires, nos termos dos n.ºs 9, 10 e 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção actual;

2 — O nomeado fica autorizado a optar pelo vencimento ou retribuição base da sua função, cargo ou categoria de origem, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção actual;

3 — O presente despacho produz efeitos a 14 de Outubro de 2010.

Lisboa, 14 de Outubro de 2010. — O Secretário-Geral, *José de Barros*.

### Nota Curricular

Nome: Fernando Jorge Pires

Nascimento: Rio Frio, Bragança em 22 de Setembro de 1964.

Posto: Capitão-de-mar-e-guerra Engenheiro de Material Naval.

Habilitações: Electrical Engineer, Master of Science in Electrical Engineering, Licenciado em Ciências Militares Navais — Marinha, ramo de Electrónica.

O Comandante Fernando Jorge Pires ingressou na Escola Naval em 1981, tendo-se licenciado em 1986 em Ciências Militares Navais — Marinha, ramo de Electrónica.

Realizou pós-graduações na Naval Postgraduate School em Monterey, Califórnia, tendo obtido os graus de *Master of Science in Electrical Engineering* e de *Electrical Engineer* em 1993.

Foi Chefe de Departamento e Oficial Imediato em diversos navios da Marinha Portuguesa. Entre 1993 e 2002 exerceu várias funções no âmbito dos Sistemas e Tecnologias de Informação tendo, entre outras, chefiado o Gabinete Engenharia de Sistemas do CITAN e a Divisão de Sistemas de Informação da Direcção das Tecnologias de Informação e Comunicação da Marinha. Foi director de projecto e membro da equipa de desenvolvimento do Sistema Integrado para a Gestão de Reparções e Afectação de Recursos, em utilização nos navios operacionais da Marinha. Dirigiu diversos projectos de desenvolvimento de sistemas de informação e de comando e controlo.

Fez parte de grupos de trabalho da OTAN na área de *Information and Communication Systems* tendo sido representante nacional junto do AC/322 — SC/5 (WG/1).

Foi professor na Escola Naval entre 2002 e 2009 e coordenador do Departamento de Engenharia Naval — Armas e Electrónica. Ainda na Escola Naval chefiou o Gabinete de Estudos e a Gestão Integrada da Qualidade Ambiente e Segurança.

Desenvolve investigação na área de *Data Mining (Data Clustering)* no âmbito do programa de doutoramento em Estatística e Gestão de Informação do ISEGI-UNL, tendo publicado diversos artigos e participado em conferências e outros eventos científicos internacionais.

É, desde Setembro de 2009, o responsável pelo Centro de Dados da Defesa.

203960539